TL 2201-09

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Comissão constituída para apoiar as posições de **Fretilin** na Sessão sobre **Timor Leste** do Tribunal Permanente dos Povos

Commission constituted to support the positions of **Fretilin** in the Session on **East Timor** of the Permanent Peoples Tribunal

DOC. Nº 9

POSIÇÕES DE PAÍSES APOIANTES DA CAUSA DO POVO MAUBERE, EM INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS

Rua Pinheiro Chagas 77, 2.º esq.º
1000 Lisboa Portugal
☎ **57 47 18**

Neste documento transcrevem-se algumas intervenções de representantes de países apoiantes da causa do Povo Maubere. Feitas em tempos e lugares diversos, essas intervenções são uma pequena parte das muitas que têm sido feitas em instâncias internacionais por delegações de países como Angola, Argélia, Cuba, Moçambique, Guiné-Bissau, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Barbados, China, Nicarágua, S. Tomé e Príncipe, etc.

1. Excertos da intervenção do Embaixador Elísio de Figueiredo, representante permanente da República Popular de Angola nas Nações Unidas - 4º Comissão - 27 de Novembro de 1978.

Senhor Presidente:

Aguardamos a altura em que não seja mais necessário reunir a Quarta Comissão, quando todas as Nações que aspiram à independência a tenham alcançado. Mas apesar de sermos suficientemente idealistas para termos esperanças, somos também suficientemente pragmáticos para sabermos que falta ainda muito tempo para que fique completo o trabalho de descolonização.

Entretanto, porém, continuam as perdas de vida, e a destruição das economias locais.

Uma das mais duras lutas actualmente em curso, é aquela que está a ser levada a cabo pelo Povo Maubere de Timor-Leste, dirigida pelo seu Movimento de Libertação FRETILIN, continuam a resistir persistentemente, fazendo face a todos os obstáculos, desafiando a força militar do Estado que procura negar ao povo de Timor-Leste o seu direito à auto-determinação e independência.

Aqueles que lançam calúnias relacionadas com o tamanho do território e da população de Timor-Leste e põem em dúvida a sua viabilidade como Estado independente necessitam, que se lhes recorde, que mesmo 35 meses após a invasão de Timor-Leste, e 28 meses após a sua chamada "integração", as forças de Timor-Leste lutam ainda ao longo de toda a metade ocidental da ilha. Aquelas valorosas fôrças anti-imperialistas continuam a lutar contra mais de 20.000 tropas adversárias. Também é trágico que alguns Governos, em vez de condenarem a invasão de Timor - Leste, têm ainda indirectamente dasafiado as resoluções das Nações Unidas, reconhecendo formalmente a "Soberania" colonial do Estado vizinho sobre Timor-Leste.

O Comitê Central da FRETILIN é constituido por 67 membros, 63 dos quais se encontram no interior do país. As forças armadas de Libertação de Timor-Leste FALINTIL são compostas por um exército regular, melícias populares, forças de auto-defesa, brigadas de jovens e femininas. Desde meados de Setembro de 1977 até Maio de 1978, foi lançada uma ofensiva de grandes proporções contra o Timor-Leste, com o objectivo de cercar e aniquilar as forças da FRETILIN. As tropas invasoras foram apoiadas por Broncos fornecidos pelos E.U.A., Alouettes franceses e Pumas britânicos.

É obrigação de todas as forças progressistas dar todo o apoio ao Povo de Timor-Leste. A Comissão de Descolonização deve também manter vivo o interesse pela questão e recusar-se a aceitar a incorporação de Timor-Leste, contra o desejo do seu povo. Enquanto eles aspirarem à auto-determinação e independencia damos-lhe a eles e ao seu direito de o desejarem, todo o nosso apoio.

2. Excertos do depoimento do representante da República de Barbados perante a 4a. Comissão das Nações Unidas em 2 de Novembro de 1977.

"Senhor Presidente, a técnica de manchar organizações e individuos usando a palavra 'comunista' com um sendito pejorativo está tão velha e desacreditada como o próprio macartismo. Foi utilizada no caso de Timor-Leste para levar a cabo os planos expansionistas da Indónesia e constitui a negação do princípio fundamental de não interferência nos assuntos internos dos países, inseridos na Carta das Nações Unidas, e Barbados condena a arrogância da Indónesia neste aspecto.

Senhor Presidente, houve poderosas motivações económicas para a ocupação militar de Timor-Leste por parte da Indonésia. Sabe-se da existência, em Timor-Leste, de enormes jazidas de petróleo, gás natural e outros minérios como manganês, cobre e ouro. O petróleo suscitou o interesse de um certo número de multinacionais às quais foram dadas concessões para efectuarem prospecções dentro da zona económica de Timor-Leste. Uma empresa anglo-australiana - a Woodside-Burmah - anunciou a descoberta de jazidas importantes de petróleo a 10 milhas da costa de Timor.

Uma revista de finanças, australiana, The Financial Review, referiu em 12 de Maio que "a própria ilha oferece boas perspectivas económicas."

Uma das mais vergonhosas consequências do factor económico foi o silêncio ignominioso de países que dizem respeitar os direitos humanos e o princípio da integridade territorial acerca da invasão e ocupação militar de Timor-Leste. No entanto, Senhor Presidente, cerca de 50.000 soldados armados com as armas mais sofisticadas foram incapazes de estabelecer o domínio sobre uma população de menos de 1 milhão de pessoas, na maioria camponeses, sem o tipo de armas sofisticadas que os inimigos possuem. Este facto só por si, depois de dois anos de luta é uma clara e inequívoca afirmação dos timores de que não querem viver debaixo da hegemonia da Indonésia.

Senhor Presidente, a intransigência da Indonésia ao recusar acatar a vontade da opinião pública internacional coloca um sério problema a esta organização no seu papel de guardiã da paz e segurança internacionais. Esta conduta é particularmente grave nas suas implicações para pequenos estados como Barbados, pois se é possível a um Estado mais poderoso, fazer uso da sua capacidade militar para anexar o território de um pequeno estado, sem que o mundo reja, dado que esse facto é apresentado como um 'fait accompli', então existem milhões de pessoas em pequenos estados, cuja liberdade e auto-determinação estão em perigo.

Senhor Presidente, Barbados crê que a liberdade é individual e se os direitos das pessoas num pequeno estado são impunemente desprezados por um estado mais poderoso, então a liberdade dos homens diminui em todo o mundo.

Barbados apela à Indonésia não só no sentido de respeitar a inviolabilidade das fronteiras coloniais em Timor-Leste, como a desistir dos argumentos legais, especiosos, irredentistas e fictícios que avança.

Barbados apela também à Indonésia para sem demora respeitar os princípios estabelecidos e corporizados em todas as resoluções relevantes apressando o dia em que a República Democrática de Timor-Leste tomará lugar nesta organização como um membro independente da família das nações.

Senhor Presidente, o fenómeno de antigas colónias embarcarem em aventuras imperialistas de anexação de territórios e de extermínio dos povos que lutam pela independência é presentemente um dos factos mais desanimadores dos países do Terceiro Mundo. Frantz Fanon, o grande pensador caribeano, explica perfeitamente a existência desta patologia nas antigas colónias.

Fanon argumenta convincentemente que a incipiente elite pequeno-burguesa que toma o lugar da burguesia metropolitana em fuga da antiga colónia, não tem bases nas massas, é extremamente pobre no que respeita a ideias quanto ao desenvolvimento nacional e por isso limita-se a imitar as práticas dos seus antigos amos imperialistas.

Senhor Presidente, o paradoxo de antigas colónias, procurarem incansavelmente atingir objectivos imperialistas encontra expressão brutal na tragédia do Sahara Ocidental onde o direito à auto-determinação do povo Saharaui é esmagado. (...)

Barbados rejeita categoricamente todas as pretensões sobre o Sahara Ocidental excepto a da Polisário que é o único organismo representativo do Povo do Sahara Ocidental e comprometemo-nos a apoiar todos os esforços no sentido da concretização da independência do Sahara Ocidental livre da dominação estrangeira.

3. *Intervenção da delegação da República de Cabo Verde na 4a. Comissão das Nações Unidas, em 28 de Novembro de 1978.*

Senhor Presidente:

Nós queremos referir aqui a questão de Timor-Leste, território ocupado por forças armadas regulares estrangeiras que tentam usurpar ao valoroso Povo Maubere uma nova situação colonial.

É nossa opinião que a Comunidade das Nações devia condenar sem reservas o uso da força nas relações internacionais, seja sob que pretexto for, porque em caso contrário, todos os esforços para o estabelecimento de uma verdadeira paz mundial serão inevitavelmente condenados ao fracasso.

Assim nós pensamos que a ONU tem um papel fundamental através da contribuição eficaz que ela pode trazer, nomeadamente na eliminação dos últimos vestígios do colonialismo, quer seja na Ásia, África ou na América Latina.

Sobre a questão de Timor-Leste, a nossa delegação é de opinião que a ONU deverá conjugar todos os esforços para o respeito e aplicação imediata das resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976 e 32/34 de 28 de Novembro de 1977 por

ela adoptadas, assim como as resoluções 384 de 22 de Dezembro de 1975 e 389 de 22 de Abril de 1976 do Conselho de Segurança, visando assegurar ao povo de Timor-Leste o seu direito inalianável à autodeterminação e à independência.

É nesse sentido que o nosso país apoia a justa luta sustentada pelo povo Maubere sob a direcção da FRETILIN contra os seus opressores, que ocupam o território a pretexto de uma pretendida integração, e pela garantia, pelos meios que dispõe, da sua soberania e do lugar que lhe pertence no seio da Comunidade Internacional.

Senhor Presidente:

Estamos convencidos que não existe exército, por mais bem equipado que possa estar, que seja capaz de travar a marcha irreversível da história e destruir a aspiração à liberdade de um povo; a vitória estará sempre do lado daqueles que lutam contra a dominação e a opressão estrangeiras.

4. *Depoimento do representante da República Popular da China, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Senhor Lai Ya-Lin na 4a. Comissão das Nações Unidas, em Novembro de 1977.*

Actualmente, sob a liderança da FRETILIN, o povo de Timor-Leste sustenta uma heróica e firme luta pela defesa da independência e da integridade territorial do seu próprio país infringindo pesados revezes aos invasores. Os acontecimentos mostraram que o forte desejo do povo de Timor-Leste de lutar pela independência e liberdade não pode ser esmagado por nenhuma forma de violência reaccionária. A sua justa luta contra a agressão estrangeira tem ganho simpatia crescente e o apoio da maior parte dos países e povos do 3º Mundo.

O governo e o povo chineses apoiam firmemente a justa luta do povo do Timor-Leste para salvaguardar a sua independência nacional, defender a sua soberania de estado e sua integridade territorial e opõem-se à agressão e intervenção estrangeiras. Defendemos que o governo indonésio deve cumprir as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, e retirar todas as suas tropas agressoras de forma a que o povo de Timor-Leste possa exercer o seu direito à auto-determinação e independência, livre de toda a intervenção estrangeira.

6.

A Indonésia e a RDTL são ambos países em vias de desenvolvimento, pertencentes ao Terceiro Mundo. Os povos dos dois países, partilharam o mesmo destino na história, tendo ambos sofrido no passado o domínio colonial.... temos todos os motivos para esperar e pedir à República da Indonésia, que atingiu a independência mais cedo, para pôr termo imediatamente à sua agressão sobre Timor-Leste e estabelecer e desenvolver relações normais e de boa-vizinhança com Timor-Leste de acordo com os 15 princípios da coexistência pacífica.

Isto não será apenas de interesse do povo de Timor-Leste mas também do interesse do povo da Indonésia.

5. *Depoimento do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau, na Assembleia Geral da ONU, em 11 de Outubro de 1977.*

No ano passado, por ocasião da 31º sessão da Assembleia Geral, levantei com alguma apreensão a questão de Timor-Leste e referi a preocupação do meu governo com a situação nesse país. Hoje temos que dizer que apesar do apelo das Nações Unidas à Indonésia, este país surdo e insensível, mantem a sua ocupação ilegal de Timor-Leste, e milhares de timores, mulheres, crianças e velhos, estão a morrer ou a sofrer debaixo do fogo e das botas arrogantes das forças armadas indonésias. Esta guerra injusta imposta a um povo que, depois de ter conhecido e suportado a longa e trágica noite colonialista, estava calmamente a preparar-se para encarar corajosamente os não menos terríveis problemas do desenvolvimento, constitui na nossa opinião uma flagrante violação dos princípios da luta das Nações Unidas.

A própria ideia de que por razões de conveniência políticas, militares ou económicas um país pode anexar outro país independente e esmagar os princípios mais elementares que regulam as relações sobre os homens é inadmissível e exige a mais severa condenação.

Na nossa opinião, as Nações Unidas devem tomar as medidas adequadas para prestarem auxílio ao povo de Timor-Leste que sob a liderança da FRETILIN está a travar uma luta heróica para expulsar os agressores indonésios e para construir uma terra de paz e progresso. Mas deve ser salientado que nesta guerra não estão envolvidos apenas os interesses das vítimas da agressão e daqueles que a estão a empreender; existem outros interesses em jogo, melhor dissimulados porque de natureza mais pérfida que deveriam ser revelados e condenados com idêntica severidade.

O Governo e o Povo da República da Guiné-Bissau apoiam firmemente a FRETILIN, e o povo de Timor-Leste na sua luta por uma verdadeira independência e expressam novamente a sua firme solidariedade com a República de Timor-Leste.

6. *Depoimento do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, na Assembleia Geral da ONU, em 3 de Outubro de 1977.*

Em Timor-Leste, dois anos depois da invasão indonésia, o Povo Maubere resiste heroicamente. Essa ocupação iniciou-se não como um acto anti-colonial contra a dominação portuguesa, mas após o colapso do colonialismo.

Apoiamos firmemente a luta do povo da República Democrática de Timor-Leste e apelamos ao governo da Indonésia no sentido de retirar as suas tropas e estabelecer relações de boa vizinhança e cooperação com esse país.